



## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 928/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Altera a <a href="#">Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020</a> , que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da <a href="#">Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020</a> .
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
<a href="#">Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020</a>	<b>Art. 1º</b> A <a href="#">Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
	"Art. 6º-B Serão atendidos prioritariamente os pedidos de acesso à informação, de que trata a <a href="#">Lei nº 12.527, de 2011</a> , relacionados com medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata esta Lei.
	§ 1º Ficarão suspensos os prazos de resposta a pedidos de acesso à informação nos órgãos ou nas entidades da administração pública cujos servidores estejam sujeitos a regime de quarentena, teletrabalho ou equivalentes e que, necessariamente, dependam de:
	I - acesso presencial de agentes públicos encarregados da resposta; ou
	II - agente público ou setor prioritariamente envolvido com as medidas de enfrentamento da situação de emergência de que trata esta Lei.
	§ 2º Os pedidos de acesso à informação pendentes de resposta com fundamento no disposto no § 1º deverão ser reiterados no prazo de dez dias, contado da data em que for encerrado o prazo de reconhecimento de calamidade pública a que se refere o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.
	§ 3º Não serão conhecidos os recursos interpostos contra negativa de resposta a pedido de informação negados com fundamento no disposto no § 1º.
	§ 4º Durante a vigência desta Lei, o meio legítimo de apresentação de pedido de acesso a informações de que trata o <a href="#">art. 10 da Lei nº 12.527, de 2011</a> , será exclusivamente o sistema disponível na internet.

# Quadro Comparativo Medida Provisória nº 928/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 5º Fica suspenso o atendimento presencial a requerentes relativos aos pedidos de acesso à informação de que trata a <a href="#">Lei nº 12.527, de 2011</a> ." (NR)
	"Art. 6º-C Não correrão os prazos processuais em desfavor dos acusados e entes privados processados em processos administrativos enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o <a href="#">Decreto Legislativo nº 6, de 2020</a> ."
	Parágrafo único. Fica suspenso o transcurso dos prazos prescricionais para aplicação de sanções administrativas previstas na <a href="#">Lei nº 8.112, de 1990</a> , na <a href="#">Lei nº 9.873, de 1999</a> , na <a href="#">Lei nº 12.846, de 2013</a> , e nas demais normas aplicáveis a empregados públicos." (NR)
<a href="#">Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020</a> .	<b>Art. 2º</b> Fica revogado o <a href="#">art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020</a> .
CAPÍTULO VIII	
DO DIRECIONAMENTO DO TRABALHADOR PARA QUALIFICAÇÃO	
Art. 18. Durante o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º, o contrato de trabalho poderá ser suspenso, pelo prazo de até quatro meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional não presencial oferecido pelo empregador, diretamente ou por meio de entidades responsáveis pela qualificação, com duração equivalente à suspensão contratual.	
§ 1º A suspensão de que trata o caput:	
I - não dependerá de acordo ou convenção coletiva;	
II - poderá ser acordada individualmente com o empregado ou o grupo de empregados; e	
III - será registrada em carteira de trabalho física ou eletrônica.	
§ 2º O empregador poderá conceder ao empregado ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial, durante o período de suspensão contratual nos termos do disposto no caput, com valor definido livremente entre empregado e empregador, via negociação individual.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
§ 3º Durante o período de suspensão contratual para participação em curso ou programa de qualificação profissional, o empregado fará jus aos benefícios voluntariamente concedidos pelo empregador, que não integrarão o contrato de trabalho.	
§ 4º Nas hipóteses de, durante a suspensão do contrato, o curso ou programa de qualificação profissional não ser ministrado ou o empregado permanecer trabalhando para o empregador, a suspensão ficará descaracterizada e sujeitará o empregador:	
I - ao pagamento imediato dos salários e dos encargos sociais referentes ao período;	
II - às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor; e	
III - às sanções previstas em acordo ou convenção coletiva.	
§ 5º Não haverá concessão de bolsa-qualificação no âmbito da suspensão de contrato de trabalho para qualificação do trabalhador de que trata este artigo e o <a href="#">art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943</a> .	
	<b>Art. 3º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.